

Restrições ao último acordo *

Bresser Pereira explica os detalhes do novo plano:

“Nós tínhamos duas alternativas: Ou adotávamos a idéia de que poderíamos obter um bom acordo pela boa vontade dos bancos, e agiríamos nesse sentido, sem chegar a nada; ou então reconhecíamos as grandes diferenças de interesse naquele momento entre o Brasil e os bancos, adotando posição dura de barganha. Só conseguíramos fazer um bom acordo na base de uma barganha muito dura, como era o caso do rompimento unilateral com os bancos, e não da boa vontade dos bancos.

O ex-ministro criticou o recente acordo conseguido pela equipe de Maflson da Nóbrega:

“Foi ridículo, se levarmos em conta que foi em troca disso que suspendemos a moratória”. “As elites brasileiras acham que o acordo foi bom porque regulariza as relações com os credores. Mas uma regularização desse tipo não interessa ao Brasil, pois não irá permitir o desenvolvimento econômico devido à elevada transferência de recursos ao exterior que o país será obrigado a fazer para pagar os juros da dívida. É um acordo compatível apenas com a recessão, pois só com a recessão o Brasil conseguirá obter os elevados saldos comerciais exigidos. Mantém a estagnação e não resolve nenhum problema efetivo na área externa”.

O montante de recursos novos concedidos pelos bancos, o esquema de securitização da dívida e a questão da vinculação com o FMI

são os pontos do acordo de Maflson mais criticados por Bresser Pereira. Em sua proposta apresentada aos bancos em 25 de setembro passado, Bresser pedia US\$ 10 bilhões de recursos novos em três anos — US\$ 4 bilhões para 1988, US\$ 3 bilhões para 1989 e US\$ 3 bilhões para 1990. Assim, ele compara os US\$ 5,2 bilhões alcançados pelo acordo Maflson para os anos de 1988 e 1989 aos US\$ 7 bilhões que pleiteava para o mesmo período. “A diferença de US\$ 1,8 bilhão terá de ser conseguida através de elevados saldos comerciais”, adverte.

“Não houve aprovação de um plano de securitização como estão dizendo, mas apenas de um bônus de saída com teto máximo de US\$ 15 milhões por banco”, criticou o ex-ministro, observando que, ao contrário dos bônus aprovados, sua proposta previa a transformação de grande parte da dívida em títulos (securites) de longo prazo, com desconto no valor dos empréstimos em função de sua baixa cotação no mercado paralelo de dívida do Terceiro Mundo.

“Também não houve desvinculação do FMI. Na verdade, o acordo estabelece desvinculação em relação ao cumprimento do acordo do Fundo da parte dos financiamentos já liberados para pagamento de juros em atraso e que serão cobertos com os novos recursos agora aprovados. Assim, houve desvinculação do que o Brasil já recebeu e vinculação do que vai receber”, insiste ele.